



ARTIGO | Fluxo contínuo

Pensamentos (Neo) Liberais: a educação no Fórum da Liberdade do IEE

(Neo)liberal thoughts: education on an IEE Liberty Forum
 Pensamientos (Neo)liberales: la educación en el Foro de la Libertad del IEE

João Abel Pasini Leandro
 Viviane Klaus

RESUMO

O artigo analisa a forma pela qual os discursos reformistas sobre a área educacional, veiculados em Pensamentos Liberais, uma série de livros produzida a partir do Fórum da Liberdade de Porto Alegre, evento promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), produzem concepções de educação (neo)liberal no Brasil contemporâneo. Apresenta-se uma tentativa de constituir uma cartografia teórico-filosófica do neoliberalismo brasileiro, com destaque para a importância da Escola Austríaca de economia na constituição do IEE, cujo trabalho é reconhecido pela Atlas Network. Discorre-se sobre dois acontecimentos discursivos emergentes da análise documental do arquivo da pesquisa: Teoria do Capital Humano e modelo de financiamento de voucher educacional. Os resultados indicam que os vouchers intensificam desigualdades, precarizam o trabalho docente e mercantilizam a educação, enquanto a formação de capital humano subordina o ensino à lógica do mercado, promovendo um sujeito neoliberal competitivo e autogerenciado. Conclui-se que o neoliberalismo opera como uma racionalidade que reconfigura não apenas políticas educacionais, mas também subjetividades e relações sociais, promovendo uma lógica de aprimoramento performático e competição incessante, disseminada pelo Estado e por instituições privadas na vida cotidiana.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Instituto de Estudos Empresariais; Teoria do Capital Humano; Voucher educacional.

ABSTRACT

The article analyzes how the reformist discourses on the educational area, disseminated in Liberal Ideas, a series of books produced from the Porto Alegre Freedom Forum, an event promoted by the Instituto de Estudos Empresariais (IEE), produce conceptions of (neo)liberal education in contemporary Brazil. An attempt is presented to constitute

a theoretical-philosophical cartography of Brazilian neoliberalism, highlighting the importance of the Austrian School of economics in the constitution of the IEE, whose work is recognized by the Atlas Network. Two discursive events emerging from the documentary analysis of the research archive are discussed: Theory of Human Capital and the educational voucher financing model. The results show that vouchers deepen inequalities, undermine teaching conditions, and turn education into a commodity. Meanwhile, the focus on human capital development subordinates education to market logic, shaping individuals into competitive, self-managing neoliberal subjects. Ultimately, neoliberalism functions as a governing rationality that reshapes not only education policies but also subjectivities and social relationships, reinforcing a culture of performance optimization and relentless competition, spread by both the state and private institutions in everyday life.

Keywords: Neoliberalism; Institute of Entrepreneurial Studies; Theory of the Human Capital; Educational voucher.

RESUMEN

El artículo analiza la manera por cual los discursos reformistas sobre el área educacional, vehiculizados en Pensamientos Liberales, una serie de libros producida a partir de del Foro de la Libertad de Porto Alegre, evento promovido por el Instituto de Estudos Empresariais (IEE), producen concepciones de educación (neo)liberal en el Brasil contemporáneo. Se presenta una tentativa de construir una cartografía teórico-filosófica del liberalismo brasileño, destacando la importancia de la Escuela Austríaca de economía en la constitución del IEE, en el que el trabajo es reconocido por Atlas Network. Se discurre sobre dos acontecimientos discursivos emergentes del análisis documental del archivo de la investigación: Teoría del Capital Humano y modelo de financiamiento de voucher educacional. Los resultados indican que los vouchers intensifican desigualdades, precarizan el trabajo docente y mercantilizan la educación, mientras la formación de capital humano subordina la enseñanza a la lógica del mercado, promoviendo un sujeto neoliberal competitivo y autogerenciado. Se concluye que el neoliberalismo opera como una racionalidad que reconfigura no apenas políticas educacionales, pero también subjetividades y relaciones sociales, promoviendo una lógica de mejoramiento en el rendimiento y competencia incesante, diseminada por el Estado y por instituciones privadas en la vida cotidiana.

Palabras-clave: Neoliberalismo; Instituto de Estudos Empresariais; Teoría del capital Humano; Voucher educacional

Introdução

Entre os meandros de funcionamento do que chamaremos, neste artigo, de ‘neoliberalismo à brasileira’, urgem inquietações sobre os efeitos da produção discursiva de *think tanks* neoliberais frente à política educacional de nosso país, haja vista a ascensão da(s) nova(s) direita(s). De acordo com o Programa Think Tanks e Sociedades Civis (TTCSP) da Universidade da Pensilvânia, os think tanks são organizações dedicadas à pesquisa, análise e aconselhamento sobre

políticas públicas. Eles atuam na produção de conhecimento estratégico sobre temas locais e internacionais e buscam influenciar tanto formuladores de políticas quanto o público em geral.

Os think tanks neoliberais não apenas formulam propostas de reforma, mas também constroem discursos que legitimam a privatização, a responsabilização individual e a lógica mercadológica como princípios centrais de governança. No campo educacional, mais do que influenciar políticas, think tanks moldam a percepção de gestores, educadores e da sociedade sobre o papel do Estado e da educação.

Convergências com nossos questionamentos são observadas, ainda que o campo educacional não seja matéria central, nas pesquisas sobre o Instituto Millenium, em Silveira (2013), Giménez (2015), Pastore (2016) e Alexandre (2017); sobre o Instituto Ludwig Von Mises Brasil, em Dal Pai (2017), Rodrigues (2017) e Santos (2018); e sobre o Estudantes pela Liberdade, em Gobbi (2016).

Destacamos, ainda, o recente trabalho de Rocha (2018), em que se busca investigar a formação de uma nova direita ultraliberal-conservadora, observada sua organização no contexto digital; além da tentativa de Lacerda (2018), de compreender a ascensão da direita brasileira, observando a presença de uma agenda neoconservadora na Câmara dos Deputados, com adoção de políticas neoliberais, bem como percebendo influência neoconservadora norte-americana.

A influência dos Estados Unidos da América foi também problematizada em pesquisa sobre o Instituto Liberal do Rio de Janeiro e sobre o Instituto Liberal de São Paulo, difusores do neoliberalismo no Brasil, conforme Gros (2003). O trabalho sugere a existência de uma rede internacional de *think tanks* neoliberais e ensaiia a composição de redes de grupos empresariais apoiadores de institutos liberais no território brasileiro.

Diante desse contexto, Leandro (2021) buscou compreender de que forma os discursos¹ reformistas sobre a área educacional, veiculados em

¹ Buscamos analisar *discursos* conforme Foucault (2008, p. 133), que ao buscar um significado mais preciso para o termo *prática discursiva*, sugere tratar-se de “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Pensamentos Liberais, uma série de livros produzida a partir do Fórum da Liberdade de Porto Alegre, produzem concepções de educação (neo)liberal no Brasil contemporâneo. A investigação² abrangeu a íntegra da obra à época, desde o primeiro volume, de 1994, até o vigésimo quarto, de 2020, totalizando 24 livros analisados.

A série *Pensamentos Liberais* apresenta a síntese das discussões realizadas no Fórum da Liberdade, evento promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), a segunda *think tank* neoliberal fundada no Brasil, um ano após a criação do Instituto Liberal, por Donald Stewart Jr., no Rio de Janeiro, em 1983. Exposta a intenção de compreender os efeitos da racionalidade neoliberal na área educacional brasileira, consideramos o reconhecimento internacional da *Atlas Network* em relação ao trabalho do IEE como um indicativo da importância de tomar o instituto como objeto deste estudo.

A *Atlas Network* é responsável por investimentos milionários em prol da expansão de ideais pró-mercado em todo o mundo. Para alastrar as conexões de sua rede, criou o *Templeton Freedom Award Grants*, prêmio concedido a institutos promissores, especialmente em partes do mundo em que os ideais liberais são pouco prestigiados. Em 2007, o IEE sagrou-se como um dos dez vencedores.

Dez anos mais tarde, em 2017, novamente o IEE participou do evento *The Templeton Freedom Award*. Na ocasião, porém, não era apenas um instituto promissor, mas um dos cinco finalistas da premiação mais importante da *Atlas Network*, que “[...] anualmente, identifica e reconhece as mais excepcionais e inovadoras contribuições para o entendimento do livre mercado e para as políticas públicas que incentivam a prosperidade, a inovação e a realização humana via livre concorrência” (Atlas, 2015, p. 2, tradução nossa). O auge do prestígio do IEE veio em uma comparação lúdica de grandiosidade, quando o Fórum da Liberdade de Porto Alegre foi considerado pela rede americana o “Super Bowl do liberalismo na América Latina” (Atlas, 2017).

Ciente da importância do IEE para a formação discursiva neoliberal brasileira, o estudo de Leandro (2021) narrou a forma como o Fórum da Liberdade tornou-se um dos principais produtores de discursos neoliberais no

² Para conhecer o estudo na íntegra sugere-se a leitura de Leandro (2021).

Brasil contemporâneo; enunciou as práticas discursivas relacionadas à educação, engendradas pela série de livros *Pensamentos Liberais*; analisou os meios pelos quais as práticas discursivas da série *Pensamentos Liberais* inscreveram o discurso das reformas educacionais em um regime de verdade; e discutiu os efeitos das concepções de educação (neo)liberal no campo educacional brasileiro.

O *corpus* analítico emergente dos textos selecionados levou em conta que “[...] a descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. (Foucault, 2008, p. 30). Da análise do material, emergiram os seguintes *acontecimentos discursivos* para a discussão: a Teoria do Capital Humano; a dicotomia entre o investimento em ensino básico *versus* ensino superior; o modelo de financiamento de *voucher* educacional; o imperativo da valorização salarial de professores de acordo com seu desempenho; a adoção de métricas comparativas entre gastos do Produto Interno Bruto (PIB) *versus* resultados de avaliações em larga escala; e a definição do currículo da educação pública pelo Estado.

A pesquisa esclarece, conforme Veyne (1998, p. 46), que “[...] os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e produzem substâncias em interação, homens e coisas”. Os acontecimentos discursivos analisados reverberam em pautas reformistas em curso na área da educação, desde o final do século XX, e influenciam “um novo tipo de espaço de políticas em algum lugar entre agências multilaterais, governos nacionais, ONGs, *think tanks* e grupos de interesse, consultores, empreendedores sociais e empresas internacionais [...]” (Ball, 2014, p. 35).

No presente artigo, discorremos somente sobre dois dos acontecimentos discursivos citados: a Teoria do Capital Humano e o modelo de financiamento de *voucher* educacional. Para isso, apresentamos cinco seções: a primeira relata o percurso metodológico adotado durante a investigação e descreve o arquivo documental analisado; a segunda apresenta uma tentativa de constituir uma cartografia teórico-filosófica do neoliberalismo brasileiro e destaca a importância da Escola Austríaca de economia na constituição do IEE, bem como a subsequente missão do instituto como *think tank*, de promover a disseminação

do pensamento (neo)liberal no Brasil. Já a terceira e a quarta seções abordam os dois acontecimentos discursivos mencionados. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

Caminhos Metodológicos

Consideramos os 24 volumes da série de livros *Pensamentos Liberais* (1994-2020) como um arquivo documental de um *corpus* empírico composto por 17 artigos que discutiam a temática educacional, além de outros 19 artigos com discussões que não centralizavam a área educacional, mas, de alguma forma, tangenciavam-na. Como procedimento, realizamos análise documental, compreendendo os documentos como *monumentos históricos*. Constatamos que a produção discursiva da educação neoliberal brasileira mescla valores oriundos de duas escolas econômicas, a de Chicago e a Austríaca, a fim de forjar sujeitos individualistas e críticos a incentivos sociais, que seriam concebidos como imorais perante o mercado e restringiriam a liberdade de escolha, alcançada apenas com aceitação do egoísmo como devir da existência.

Do conjunto inicial de 17 artigos, a educação surgiu apenas no quinto volume, em 2001, como tema central. A partir de 2011, houve ao menos um artigo com foco na área educacional em cada volume publicado, com destaque para a média entre 2013 e 2014, em que houve cinco artigos. Posteriormente, em 2017 e 2018, quatro artigos foram publicados.

Entre as principais temáticas discutidas, observamos, como esperado, o embate entre ensino público e privado. Contudo, em um primeiro momento, destacaríamos uma mudança no modo de argumentação desenvolvido: a fim de apontar a eficácia do ensino privado, os índices e estudos de casos de outros países foram paulatinamente utilizados como fatores comparativos. Ainda assim, não se abdicou totalmente de apontar os ‘fracassos’ da escola pública.

Ocorreram discussões não centralizadas na área educacional, que, porém, tangenciavam o tema, de alguma forma, em outros 19 artigos da série de livros. Referências ao Pisa e à Teoria do Capital humano destacam-se nesse arranjo de artigos, juntamente com inserções neoconservadoras, especialmente representativas no volume publicado em 2018.

Para que possamos recapitular os textos que compuseram o arquivo analisado, organizamos, no Quadro 1, a seguir, os 17 artigos que enfocam o

campo educacional³. Nas colunas, identificamos o volume da série *Pensamentos Liberais*, as inserções dos temas discutidos no Fórum da Liberdade do respectivo ano de publicação do livro, além do título do artigo e do nome de seu(sua) autor(a).

Quadro 1 – Artigos que enfocam a temática educacional na discussão

Série <i>Pensamentos Liberais</i>	Tema do Fórum da Liberdade	Artigo	Autor
Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, v. 5, 2001).	A crise social brasileira: causas, desafios e soluções	Capítulo: Educação no Brasil	Daniela Tumelero; Luciano Brochmann; Luiz Eduardo Fração e Marcelo Schiavon
Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, v. 7, 2003).	Civilização ou barbárie: em que mundo vamos viver?	Educação necessária para o desenvolvimento	Rochele de Oliveira Silveira
Cultura da liberdade (série Pensamentos Liberais, v. 13, 2009).	Cultura da Liberdade	Liberdade de Escolha	Bárbara Gerhardt Soeiro de Souza
A liberdade na era digital (série Pensamentos Liberais, v. 15, 2011).	Liberdade na era digital	As novas possibilidades de educação	Carolina Lucas Fuhrmeister
Que Brasil será o seu? (série Pensamentos Liberais, v. 16, 2012).	2037: que Brasil será o seu?	Novos conceitos e ideias para mudanças no sistema educacional do Brasil e do mundo	Alberto Ling
Até onde chegamos? (série Pensamentos Liberais, v. 17, 2013).	O que se vê e o que não se vê	Mitos da educação básica	Thomas Cesa
Até onde chegamos? (série Pensamentos Liberais, v. 17, 2013).	O que se vê e o que não se vê	Rumo à privatização do ensino básico	Eduardo Lucas Fuhrmeister
Até onde chegamos? (série	O que se vê e o que não se vê	Educação básica finalmente em	Camile Souza Costa

³ Na dissertação de Leandro (2021), há um segundo quadro, que contém os 19 artigos com discussões não centralizadas na área educacional, mas tangenciadas de alguma forma.

Pensamentos Liberais, v. 17, 2013).		pauta: será a luz no fim do túnel?	
Construindo soluções (série Pensamentos Liberais, v. 18, 2014).	Construindo soluções	O futuro da educação impulsionado por soluções privadas: vouchers e massive online open courses	Ricardo de Barros Petersen
Construindo soluções (série Pensamentos Liberais, v. 18, 2014).	Construindo soluções	Educação: produzindo mais, investindo menos	João Pedro Kulkes
Caminhos para a liberdade (série Pensamentos Liberais, v. 19, 2015).	Caminhos para a liberdade	Educação e liberdade	Giovana Stefani
Quem move o mundo? (série Pensamentos Liberais, v. 20, 2016).	Quem move o mundo?	Atlântida	Rodrigo Matone Chanin
O futuro da democracia (série Pensamentos Liberais, v. 21, 2017).	O Futuro da Democracia	O desafio da educação no Brasil	Amanda Cecere de Oliveira
O futuro da democracia (série Pensamentos Liberais, v. 21, 2017).	O Futuro da Democracia	E se os governos apenas financiassem a educação das famílias mais necessitadas?	Gabriel P. Torres
A voz da mudança (série Pensamentos Liberais, v. 22, 2018).	A Voz da Mudança	Alternativas liberais de financiamento educacional	Anamaria Camargo
A voz da mudança (série Pensamentos Liberais, v. 22, 2018).	A Voz da Mudança	Autoestima e liberdade: os caminhos para vencer o populismo	Bruno Lippy Fonseca Serejo
Brasil: aberto para reformas? (série Pensamentos Liberais, v. 23, 2019).	Brasil: aberto para reformas?	Educação	Sabrina Faccioli Damiani

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Conforme Cellard (2008, p. 295), “[...] o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”. Em vista disso, buscamos, com a seleção dos artigos destacados, criar condições de possibilidade para que pudéssemos sugerir uma historicidade da forma como algumas concepções de educação neoliberal vêm sendo produzidas em nosso país. No processo de análise do *corpus* reunido, a fim de desnaturalizar a aparição de discursos recorrentes, esmiuçamos os enunciados manifestos nos artigos. Não houve uma busca deliberada por determinados tópicos ou assuntos; deixamos o documento exteriorizar seus ditos, ao passo que foram sendo observadas as recorrências discursivas.

De modo contínuo, os artigos da série de livros *Pensamentos Liberais* demonstraram um discurso ordenado, a definir a função da educação como produtora de capital humano, haja vista a necessidade de adaptação ao mercado especializado da Era da Informação. Desse movimento discursivo emerge a necessidade de uma reforma curricular da educação básica.

Discursos sobre modos de financiamento da educação perduram na série de livros, com continuidades notórias: a dicotomia entre investimento em ensino básico (ou) superior e as desejáveis formas de financiamento, como a implementação de *vouchers* escolares, foram pautas constantes ao longo dos 24 volumes. A partir de 2013, surge uma crescente formação discursiva sobre a necessidade de investimentos privados na educação básica, utilizando-se como argumentos legitimadores os dados comparativos entre os resultados do Brasil diante do resultado médio dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Acrescentou-se às comparações propostas o percentual do PIB investido na educação pelo Brasil e pelo grupo de países da OCDE, no intuito de ‘provar’ a suficiência de investimentos na educação nacional e a existência, no campo educacional, de um processo de má gestão dos recursos públicos.

Com isso, a ineficiência da gestão pública seria mais um elemento favorável ao financiamento da educação por meio de *vouchers*. O modelo desburocratizaria a gestão escolar, uma vez que, sob o controle da iniciativa privada, seria facilitado o processo de adequação da valorização salarial dos

professores ao desempenho mensurável obtido por eles. O modelo de livre mercado retiraria imposições estatais curriculares, vistas como ‘ideológicas’, e devolveria a liberdade de escolha para as famílias que, na posição de clientes, optariam pela compra da matrícula na escola mais “qualificada” entre as opções competitivas do mercado.

Sob aspectos gerais, o discurso neoliberal brasileiro tende a sustentar tais posicionamentos. Para os fins da presente investigação, interessou-nos a compreensão da formação discursiva observada. Desse modo, na exposição de nossa análise, nas próximas seções, perguntamo-nos: ‘de que estamos falando’ quando nos referimos ao neoliberalismo? Na busca por respostas, daremos enfoque às peculiaridades que forjam uma variação ‘à brasileira’ do neoliberalismo, em articulação com os discursos educacionais produzidos pela série de livros *Pensamentos Liberais* no contexto social, político, econômico e cultural mais amplo de que a obra é fruto.

Os artigos e as entrevistas devem conter, entre 6.000 e 10.000 palavras (incluindo tabelas, figuras e referências). Resenhas entre 1.500 e 3.000 palavras. Os dossiês, propostos pela Equipe Editorial ou por um grupo de autores(as), devem atender às normas da Revista. Os artigos que compõem o dossiê devem ser em número mínimo de 8 e máximo de 12. Eles passarão individualmente pelo processo avaliativo regular da Revista.

Sobre alguns elementos constituintes da racionalidade neoliberal brasileira

Antes de prosseguirmos, é necessário que façamos alguns esclarecimentos a fim de evitarmos generalizações sobre as bases filosóficas (neo)liberais mobilizadas nesta tentativa de constituição de um protótipo de cartografia teórico-filosófica do neoliberalismo brasileiro. De início, retomamos o pequeno livro do primeiro fundador de um instituto liberal no Brasil, para sublinhar a importância da Escola Austríaca neste estudo: conforme Stewart Jr. (1995), a corrente filosófica de Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek deve ser apreciada como a que explicita a doutrina liberal de forma mais completa e mais consistente.

Não obstante, a partir do exame de nosso *corpus* empírico, percebemos a reprodução dos discursos da Escola Austríaca frequentemente amparados pelo pensamento da autora Ayn Rand. Por outro lado, a presença dos discursos educacionais atrelados às ideias produzidas pela Escola de Chicago não deve ser ignorada. Theodore Schultz e Gary Becker são os pensadores mais citados em relação à Teoria do Capital Humano, enquanto Milton Friedman destaca-se por conta de seu projeto de *vouchers* escolares – a proposta de reforma escolar mais defendida pelos neoliberais brasileiros.

Com esse preâmbulo, procuramos reconhecer diferenças quanto a pensamento, lógica e métodos aplicados pelas escolas Austríaca e de Chicago. Todavia, nosso compromisso não está vinculado à produção de uma história do pensamento econômico. Isso significa que não estamos totalmente preocupados em descrever, em detalhes, todos os aspectos tecnicistas presentes na teoria econômica de cada uma dessas escolas. Nossa compromisso recai em observar, reunir e interligar discursos recorrentes, que se manifestam de maneiras variadas em nosso *corpus* empírico e produzem uma nova concepção (neo)liberal, forjada pelas especificidades discursivas em movimento pelo território nacional e ordenadas pelo Fórum da Liberdade de Porto Alegre.

Feitos os esclarecimentos, destacamos que nossa compreensão sobre o neoliberalismo, em resumo, vai além de uma política econômica de fortalecimento de capital. Cremos tratar-se da produção de uma racionalidade contemporânea, de uma nova percepção da realidade humana voltada a aprimoramento físico e mental e competição incessantes, com práticas de melhoramento performático promovidas tanto pelo Estado quanto por toda a sociedade em suas relações mais íntimas e banais.

Para examinarmos as especificidades das práticas discursivas constituintes do ‘neoliberalismo à brasileira’, recorremos às teorizações de Michel Foucault sobre o sujeito, o discurso e o poder. Gadelha (2013) afirma que a problematização central das pesquisas de Foucault sempre foi o sujeito, compreendido não como um ente universal abstrato, mas como uma produção historicamente situada. De tal forma, as relações entre biopolítica e educação situam-se nos modos de agenciamento do problema da subjetividade e de seus mecanismos constituintes, como normas e maneiras de agir, sentir e pensar,

bem como formas de resistir ao poder a partir da reinvenção da relação consigo mesmo.

No jogo de poderes em questão, o processo educacional do sujeito neoliberal caracteriza-se pela ressignificação de noções sobre ética e valores capazes de modificar os sentidos interpretativos da própria existência. Em vista disso, Lipovetsky e Serroy (2015) apontam o desenvolvimento de um capitalismo “artista”, em que a arte, o belo e os valores estéticos mobilizam elementos de legitimação social. Conforme os autores, nesse sistema, há “[...] um novo modo de funcionamento que explora racionalmente e de maneira generalizada as dimensões estético-imaginárias-emocionais tendo em vista o lucro e a conquista dos mercados” (Lipovetsky; Serroy, 2015, p. 14).

É notório o efeito da cultura letrada nas sociedades liberais ocidentais, cujos sujeitos são forjados como seres ‘superiores’, graças às formas de expressão de capital cultural. Sobre possíveis formas de acumulação de capital cultural, Oliveira e Sousa (2013) discorrem sobre como as distopias literárias, compreendidas como sátiras de projeção futurista voltadas a criticar sociedades utópicas, atuam como estratégias presentes nas sociedades de controle. Entre as características fundamentais apontadas, os autores pontuam a negação ao coletivo e a adoção dos autores literários como representantes do ativismo político individualista. Com base nisso, há uma autora que provê ao discurso neoliberal brasileiro alguns aspectos constitutivos essenciais: trata-se de Ayn Rand.

A autora russa tornou-se um nome de destaque a partir da publicação de *A revolta de Atlas* (1957). Entre os valores que Ayn Rand busca transmitir ao seu leitor, o egoísmo apresenta-se como preceito central daquilo que a autora autodenomina como filosofia objetivista, em que se comprehende a realidade como ‘objetiva’, ou seja, os fatos não têm qualquer interferência de emoções ou desejos dos homens. Para Rand, a existência humana não deve ser constrangida por nenhuma espécie de consciência, tal qual a coletiva. Sentimentos como compaixão ou piedade seriam incompatíveis com a razão e descharacterizariam o ser humano como ser racional.

Morresi (2002) aponta a obra de Rand como o coração da doutrina libertariana, embora reconheça, ainda, a importância de Robert Nozick para as aproximações entre libertarianismo e neoliberalismo. A teoria de Robert Nozick

orienta-se a partir da existência de um Estado mínimo, caracterizado pela função única de garantir o cumprimento de contratos e coibir a violência, estando condicionada à adesão e à remuneração espontânea da sociedade. Eliminam-se as funções redistributivas do Estado, que, na concepção libertariana, significam uma forma de violência coercitiva, uma vez que qualquer forma de imposição violaria a justiça social.

Em suas análises, à guisa do pensamento libertário, Brown (2019) aponta semelhanças com a lógica econômica empregada por Friedman, segundo a qual a atividade deve prevalecer sobre quase toda legislação, mesmo que promulgada democraticamente. Com isso, não gera surpresas o fato de que a implementação das políticas neoliberais inspiradas nos estudos de Milton Friedman acabe por deteriorar qualquer traço de estado de bem-estar social.

Contudo, compreender a sobreposição de preceitos econômicos a todas as esferas da existência não significa resumir a produção das subjetividades contemporâneas à influência das teorias econômicas. Como observamos, a racionalidade neoliberal retira o poder do sujeito político, transferindo-o a um ente abstrato: o mercado. Por meio de um imaginário religioso constituído em torno do mercado, cria-se uma condição em que a “verdade” racional leva a crer que tudo o que devemos fazer é “deixá-lo agir”. Somos constituídos por diversas práticas intervencionistas que visam a promover, constantemente, a concorrência, acreditando estarmos exercendo a liberdade de escolha, ainda que se trate de imperceptíveis situações de liberdade regulada.

Submetemos, desse modo, as práticas de nossas vidas ao jogo especulativo, visto que qualquer ruptura ou entrave ao modelo societal de competição gera o medo do autoritarismo – compreendido como a renúncia à liberdade de alocar nosso poder de ‘escolha’, esquecida a restrição imposta ao ato de escolher, que se dá entre opções disponibilizadas pelo jogo de poder neoliberal. Submetemo-nos à racionalidade neoliberal de forma a considerá-la a única opção de existência. Caso haja modificações, ocorrerão de forma ‘espontânea’, por meio da autorregulação imposta pelo mercado.

Como consequência, notamos um processo de submissão do campo educacional brasileiro à adoção da crise como uma “verdade” de nossa época. Há uma vontade de verdade cotidiana em desmoralizar e descredibilizar tanto o sistema educacional, de forma geral, quanto a comunidade escolar. A partir de

tais premissas, torna-se compreensível o repúdio do discurso neoliberal a qualquer manifestação política no meio educacional. Formar sujeitos políticos seria contradizer a função “social” da educação, conforme o imaginário neoliberal. Assim, ressignifica-se a função da educação a fim de formar sujeitos empreendedores, que exercerão sua liberdade de escolha como sujeitos-clientes do capitalismo contemporâneo. Parte notável desse processo é exercido pela reverberação do discurso de formação de capital humano, como veremos a seguir, a partir de excertos destacados da série *Pensamentos Liberais*.

Objetivo da educação: formar capital humano

A análise do papel do capital humano no processo econômico parte da constatação de que, para aumentar a produção *per capita* e vencer o atraso, é necessário investir no fator de produção homem. (Tumelero *et al.*, 2001, p. 35, série Pensamentos Liberais, 5).

Como todos sabemos, a educação do povo é um dos mais valiosos recursos de uma nação, principalmente em um mundo em que o capital humano ganha cada vez mais importância frente ao capital físico. (Fuhrmeister, 2013, p. 120, série Pensamentos Liberais, 17).

Essa dimensão desconhecida do capital está recém sendo integrada à teoria econômica, onde muitos concluem que o “investimento” em educação é semelhante ao feito em um bom negócio. A ênfase na educação sem um investimento paralelo em capital físico produz situações como a da Argentina, onde doutores em Ciências Comportamentais ou Ciências Políticas são ascensoristas ou motoristas de táxi. (Tumelero *et al.*, 2001, p. 40-41, série Pensamentos Liberais, 5).

A noção de Capital Humano, presente nos discursos do Instituto de Estudos Empresariais desde o primeiro volume da série *Pensamentos Liberais*, impõe-se como um fio condutor para a compreensão da educação neoliberal brasileira. Acreditamos que o capital humano não se tornou o trunfo do neoliberalismo contemporâneo a partir de um projeto de alienação da mão de obra. Ao contrário, tornar-se um capital humano é a razão de existir na Contemporaneidade, o único projeto de vida possível e desejado.

Em razão disso, há uma produção de sujeitos e mentalidades que possibilitam o neoliberalismo como racionalidade. Concordamos com Ball (2013), sobre o fato de o neoliberalismo estar em nós, introjetado em nossas cabeças. A formação de capital humano torna-se, nesses termos, o motor do capitalismo presente. Com isso, a função da educação para o neoliberalismo

está além de algumas análises preocupadas apenas com os movimentos do meio empresarial para transformar instituições públicas em escolas privadas. Isso não significa, entretanto, que esse movimento privatista não esteja ocorrendo; o objeto analítico está voltado a um foco incompleto. A racionalidade neoliberal constitui-se não pela simples implementação institucional das privatizações, mas por um arcabouço discursivo estrutural, um conjunto de práticas, de modo que

As pessoas capitalizam-se consumindo e podem fazê-lo de inúmeras formas: capitalizam em qualidade de vida, por isso é legítimo investir em viagens; capitalizam na própria carreira, por isso é legítimo investir tempo e dinheiro em treinamentos; capitalizam em relacionamentos, por isso é legítimo investir em sofisticados e caros objetos de design na decoração de suas casas; capitalizam em cultura, por e isso é legítimo investir em cursos acelerados que deem os códigos sistematizados para que a *fast culture* possa ser digerida-comentada-capitalizada. (López-Ruiz, 2009, p. 227-228).

Em uma tentativa de diferenciar noções sobre *desenvolvimento* em sociedades contemporâneas, poderíamos afirmar que o desenvolvimento neoliberal não é equivalente ao almejado por Vieira (2010), em que se conciliam “[...] desenvolvimento econômico e social (com planejamento estatal) com fortalecimento da democracia via participação política, juntamente com a consolidação da cidadania e dos direitos” (Vieira, 2010, p. 27).

Por outro lado, a racionalidade neoliberal ressignifica as práticas da contemporaneidade, como, por exemplo, o imperativo do “aprender ao longo de toda a vida” (Delors et al., 1996), em que se tem na lógica do mercado um processo de autodisciplina do sujeito transvestido de “educação”, porém voltado aos valores e à lógica econômica.

Para Bauman (2010), vivemos em um mundo líquido, em que a solidez das coisas, bem como dos vínculos pessoais, é vista como uma limitação de liberdade, em função da ameaça de se perder uma oportunidade futura que, inevitavelmente, surgirá. Do mesmo modo, as práticas educacionais tornam-se líquidas na Contemporaneidade, como descreve Silveira:

Naquele tempo, as regras eram estudar, encontrar um emprego e permanecer nele a vida inteira. Na Era da Informação, as regras são outras: estudar, tirar boas notas, encontrar um emprego, preparar-se para esse emprego mantendo-se constantemente atualizado das últimas novidades da área em âmbito nacional e mundial. Depois,

encontrar uma nova empresa, um novo emprego e continuar a se preparar (Silveira, 2003, p. 196, série Pensamentos Liberais, 7).

Vivemos uma nova era, submetida à sedução das práticas neoliberais, ao ponto de a nova esquerda caracterizar-se por aceitar “[...] o quadro da globalização liberal e exalta[r] todas as oportunidades que podem ser tiradas disso para o benefício do crescimento e da competitividade das economias” (Dardot; Laval, 2016, p. 237). É nesse sentido que importa observarmos os ditos sobre a necessidade de que capitais humanos contemporâneos adaptem-se a um mercado autorregulado em função da produção de necessidades atreladas à vivência capitalista.

Assim, delimitam-se as opções de escolha disponíveis aos sujeitos, oferecendo-lhes uma liberdade artificial que “[...] cria para si uma narrativa na qual se vê[veem] como parte do mercado e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso, que só dependeria dele[s] mesmo[s]” (Freitas, 2018, p. 24). Assim, os sujeitos contemporâneos, forjados por tais práticas, reduzem “[...] a vida a uma luta econômica cotidiana, uma luta que cada indivíduo trava com e contra os demais e consigo e contra si mesmo” (Veiga-Neto, 2012, p. 5).

Em nosso *corpus*, percebemos os discursos educacionais ressignificados principalmente pela noção de ‘concorrência’. A disputa linguística em torno da educação nacional fica evidenciada a partir do quinto volume da série *Pensamentos Liberais*, lançado em 2001, na ocasião do 14º Fórum da Liberdade, em que o tema ‘educação’ foi protagonista de uma das publicações pela primeira vez, dividindo o foco de discussão com outros três temas: orçamento participativo, subsídios e terceira via. Os autores, Daniela Tumelero, Luciano Brochmann, Luiz Eduardo Fração e Marcelo Schiavon, apresentam, entre as páginas 17-96, o capítulo *Educação no Brasil*. Logo no início do texto, há um excerto em que ficam claras algumas convicções e projetos que permeiam o escrito:

As propostas de gestões educacionais do *voucher* e escola-alvará que serão apresentadas vêm a desmistificar a falsa ideia, disseminada pelas correntes de pensamento de esquerda, de que os liberais não teriam preocupações sociais. Entendemos que o papel do Estado não é o de planejar a economia, nem o de construir uma sociedade igualitária. Sua função é a de manter a ordem e garantir que as leis

sejam cumpridas. A igualdade por nós defendida não é a utopia de que todos obtenham os mesmos resultados, mas, sim, que todos tenham igualdade de oportunidade, ou seja, que todos tenham as mesmas possibilidades de lutar para conseguir melhores resultados. (Tumelero et al., 2001, p. 19, série Pensamentos Liberais, 5).

As preocupações sociais apontadas pelo artigo estão circunscritas por um projeto de sociedade competitiva, em que a educação como formadora de capital humano tem papel fundamental, uma vez que “[...] os ganhos que uma criança tem com a educação não são desfrutados somente por ela, mas por toda a sociedade, contribuindo para o bem-estar dos outros membros” (Tumelero et al., 2001, p. 20, série Pensamentos Liberais, 5). De tal modo, qualquer projeto educacional em que não fique totalmente contemplado o ideal utilitarista é taxado como ‘pouco eficiente’, devido à “grande máquina burocrática educacional” (Tumelero et al., 2001, p. 21, série Pensamentos Liberais, 5).

Como afirma Larrosa (1994, p. 48), “[...] o que somos, ou melhor ainda, o que sentimos que somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos”. O discurso reverberado pelo Fórum da Liberdade a partir dos documentos analisados indica-nos estarmos contando histórias em que acreditamos ser “[...] improvável que uma economia emergente consiga competir em um mercado global de forma eficiente com essa defasagem relativa em seu nível de capital humano” (Torres, 2017, p. 68, série Pensamentos Liberais, 21).

Percebemos como a educação voltada à produção de capital humano age em função de constante produção discursiva de verdades sobre si. Ao reformular a figura do *homo oeconomicus*, o neoliberalismo desloca o sujeito da simples troca e satisfação de necessidades (como no liberalismo clássico) para uma condição de competidor permanente, responsável por investir continuamente em si mesmo como capital humano. Esse deslocamento implica uma profunda reestruturação da subjetividade, na qual indivíduos passam a se perceber e a se gerir como empresas de si mesmos, internalizando a lógica da eficiência, da produtividade e da maximização de valor. Dessa forma, a racionalidade neoliberal não apenas influencia políticas públicas, mas também reconfigura identidades e relações sociais, consolidando a competitividade como eixo central da existência contemporânea. (Brown, 2019).

Todavia, a sofisticada maquinaria constituinte da racionalidade neoliberal necessita, ainda, mobilizar outros mecanismos de subjetivação. Orientados pelas recorrências discursivas de nosso *corpus* empírico, seguimos à próxima seção, buscando compreender as formas pelas quais outros elementos juntaram-se à Teoria do Capital Humano, potencializando a presença da racionalidade neoliberal na educação brasileira. Passamos a discutir os *vouchers* escolares e sua promessa de libertação do poder estatal.

Voucher escolar: o fim do Estado ineficiente e a reconquista da ‘liberdade’

O sistema de *vouchers* na educação básica é uma solução, no longo prazo, para transferência dos alunos da rede pública para a rede privada. O Estado deixa de ser provedor do ensino, mas mantém sua atribuição de garantir acesso à educação básica por meio de financiamento da rede privada. Além de elevar a qualidade do ensino de forma mais rápida, considerando que o custo por aluno em escolas privadas tende a ser menor do que em escolas públicas, o governo poderia atender um maior número de estudantes com o mesmo investimento. (Stefani, 2015, p. 83, série Pensamentos Liberais, 19).

A educação prestada é precária e parece estagnada demais para receber feedbacks e promover melhorias. Além disso, a resposta aos pais pode ser sempre a mesma. Não há capacidade para atender as demandas, os professores ganham pouco, e os recursos são escassos. O sistema de *vouchers* visa tornar o cidadão um cliente de verdade [...]. (Petersen, 2014, p. 58, série Pensamentos Liberais, 18).

Caberá a cada família priorizar, dentre os produtos e serviços, aqueles que julgar mais importantes. Como os recursos serão limitados, o gerenciamento dos gastos terá de ser feito cuidadosamente, e, a depender do que for comprado, possivelmente a família terá de complementar com seus próprios recursos. (Camargo, 2018, p. 220, série Pensamentos Liberais, 22).

Uma importante referência bibliográfica presente na formação intelectual dos neoliberais brasileiros é o livro *Liberdade para escolher*, de Milton Friedman e Rose Friedman, cuja primeira edição data de 1980. Na obra, os autores dissertam sobre o programa de *vouchers* para o ensino fundamental e para o médio e descrevem o ambiente de um colégio paroquial, situado em uma área pobre de Nova York, financiado, em parte, por uma instituição filantrópica católica.

Os jovens do colégio estão lá porque assim seus pais escolheram. Quase todos são de famílias pobres, mesmo assim seus pais estão,

quase todos, pagando ao menos uma parte dos custos. As crianças são bem-comportadas, ansiosas por aprender. Os professores são dedicados. O ambiente é calmo e sereno.

O custo por aluno é bem menor do que nos colégios públicos, mesmo contabilizados os serviços gratuitos das professoras que são freiras. Mesmo assim, na média, as crianças estão dois anos à frente de seus colegas do ensino público. Isso porque os professores e os pais têm a liberdade de escolher como as crianças devem ser ensinadas. O dinheiro particular substitui o dinheiro do imposto. O controle foi retirado dos burocratas e devolvido a quem pertence. (Friedman; Friedman, 2015, s.p.).

O cenário descrito remete-nos ao desejo da elite brasileira, curiosamente endossado por grande parte de nossa classe média, de transformar seus filhos em ‘seres superiores’ por meio da educação. Como mostram Dardot e Laval (2016), o campo moral é muito caro ao neoliberalismo, e os agentes públicos são retratados como os principais vilões das narrativas produzidas. “O grande tema neoliberal afirma que o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem-feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo” (Dardot; Laval, 2016, p. 2010).

No quinto volume da série *Pensamentos Liberais*, além dos ditos sobre a importância do Capital Humano, delineia-se uma ordem discursiva que permeará toda a série de livros, marcada por discursos sobre o financiamento da educação. No ínterim desse grupo discursivo, há categorias protagonistas: a dicotomia entre o investimento em educação (básica *versus* superior) e a forma de financiamento, por meio de *vouchers* escolares, mantém-se como pauta constante ao longo dos 24 volumes. O modelo ‘flexível’ de *vouchers* é valorizado também pela possibilidade de reduzir-se o quadro de professores conforme demandas variáveis de alunos e sem proteções trabalhistas, almejando-se a eficiência, como vemos no excerto a seguir.

No Brasil, há professores demais para o número de alunos matriculados. Em 1995, havia apenas 8,8 estudantes para cada professor contratado pelas universidades federais. Nos Estados Unidos, há muito maior eficiência. No ano passado, a média observada nas universidades públicas americanas foi de 15,2 alunos por professor. (Tumelero et al., 2001, p. 31, série Pensamentos Liberais, 5).

Percebe-se, como mencionado anteriormente, uma formação discursiva crescente que defende a necessidade de investimentos privados na educação. A comparação entre o percentual do PIB destinado à educação pelo Brasil e

pelos países da OCDE é frequentemente utilizada como “prova” de que o investimento nacional não é insuficiente, mas que há, na verdade, um problema de má gestão dos recursos públicos. Também são usados, como argumentos legitimadores, os dados comparativos entre o desempenho do Brasil e a média dos países da OCDE na avaliação do Pisa.

Para afirmar, definitivamente, a educação como tema central entre as pautas discutidas na série *Pensamentos Liberais*, o décimo sétimo volume, *Até onde chegamos*, contém três artigos sobre a temática educacional, com dois em destaque. Em *Mitos da educação básica*, o administrador Thomas Cesa classifica como vergonhosos os resultados do Brasil no Pisa e aponta alguns ‘mitos’ populares sobre a temática, a exemplo da necessidade de aumentar o salário dos professores para melhorar o ensino, ou a necessidade de colocar 100% das crianças na escola.

Rumo à privatização do ensino básico foi escrito pelo empresário Eduardo Lucas Fuhrmeister. Para o autor, “[...] o governo brasileiro já gasta mais do que a média dos países da OCDE; o fato é que ele gasta muito mal” (Fuhrmeister, 2013, p. 114, série Pensamentos Liberais, 17). Como possíveis soluções para a crise da educação, ele discutirá o modelo *charter* e os *vouchers* de educação.

O décimo oitavo volume da série *Pensamentos Liberais*, intitulado *Construindo soluções*, apresenta dois artigos voltados a discutir a educação brasileira. O consultor Ricardo de Barros Petersen, no artigo *O futuro da educação impulsionado por soluções privadas: vouchers e massive online open courses*, pretende:

- i. Avaliar o custo da educação por aluno e os indivíduos que estamos formando nos ensinos fundamental e médio;
- ii. Analisar o custo e a eficácia das universidades no aumento da produtividade de um país;
- iii. Identificar as soluções privadas que têm impactado diretamente os ensinos fundamental, médio e acadêmico, demonstrando que o caminho para a solução dos nossos problemas passa por um sistema educacional mais livre. (Petersen, 2014, p. 55, série Pensamentos Liberais, 18).

Já o empresário João Pedro Kulkes, no artigo *Educação: produzindo mais, investindo menos*, defende a privatização da educação como melhor solução ao falido sistema brasileiro. Kulkes (2014, série Pensamentos Liberais, 18) argumenta sobre a importância da educação básica, o sistema de *vouchers*

como solução para os problemas, além de citar a educação ‘doutrinária’ e ‘populista’ como um problema a ser superado.

Caminhos para a liberdade, publicado em 2015, apresenta título alusivo ao livro *O caminho da servidão*, de Friedrich August von Hayek. Para contemplar a temática educacional, escrito pela administradora Giovana Stefani, o artigo *Educação e liberdade* cita metas e atitudes propostas pelo movimento *Todos pela Educação* como respostas à pergunta da seção ‘Por onde começar a mudança?’. Para além disso, a autora argumenta sobre as necessidades de descentralização da gestão, inovação no currículo e uso de tecnologia na educação.

Em 2016, a série *Pensamentos Liberais* lançou um volume comemorativo aos 20 anos de publicações da coleção. Nessa obra, há duas excepcionalidades em relação às demais: a primeira é a abertura para convidados externos ao Instituto de Estudos Empresariais publicarem artigos, tais como o então Deputado Estadual (PP/RS) Marcel Van Hattem e o ex-Presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Franco. A outra excepcionalidade do volume foi a realização da edição da obra pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil, expressiva *think tank* neoliberal brasileira, análoga ao *Mises Institute* (EUA).

E se os governos apenas financiassem a educação das famílias mais necessitadas? foi escrito pelo economista Gabriel P. Torres. O artigo considera a educação um mercado e questiona as justificativas econômicas da interferência do Estado em seu funcionamento. Somam-se a esse questionamento indagações sobre a parte específica em que poderia ocorrer a intervenção estatal e as possibilidades de reduzir-se o risco dos investidores do mercado educacional.

A voz da mudança, vigésimo segundo volume da série *Pensamentos Liberais*, apresenta um artigo selecionado por meio de concurso promovido pelo IEE, de autoria da professora Anamaria Camargo, intitulado *Alternativas liberais de financiamento educacional*. A autora anuncia que, devido à popularidade da discussão sobre o sistema de *vouchers*, opta por tomar outro caminho argumentativo, versando sobre dois modelos utilizados nos Estados Unidos da América: a bolsa de estudos via crédito fiscal (BECF) e a poupança educacional personalizada (PEP).

Percebemos que, segundo a visão neoliberal, a “solução” dos problemas relacionados à educação nacional passa, indubitavelmente, pelos *vouchers* de Milton Friedman. No artigo⁴ *Por que privatizar os serviços estatais?*, Vargas (2020) sugere um caminho gradual, a partir de parcerias público-privadas, como uma ‘abertura de caminho’ para que se estabeleça a privatização total dos serviços estatais. Há, ainda, a favor da implantação de *vouchers*, referência ao exemplo norte-americano, que propiciaria liberdade de escolha ao indivíduo.

Diante desses fatos, cabe o questionamento de Laval (2004, p. 215): “e se soluções segregacionistas produzissem resultados escolares melhores que os de uma organização escolar socialmente ou eticamente mista, seria preciso adotá-las em nome da ‘eficácia?’”. Na visão neoliberal, parece-nos que sim. E, como forma de legitimar as práticas educacionais forjadas em valores antidemocráticos, os discursos neoliberais tornam “verdadeira” a evidência de “[...] que a meritocracia nas escolas é um passo essencial para que a educação seja nivelada não pelos alunos mais atrasados, mas sim por aqueles que obtiverem sucesso em seus empenhos e, por isso, sejam premiados” (Kulkes, 2014, p. 161, série *Pensamentos Liberais*, 18).

O mérito e o individualismo, adotados como pressupostos da educação neoliberal, quando contrapostos pela visão de educação pública voltada à promoção da consciência social, provocam como reações tentativas de deslegitimar o Estado, pois sua presença “[...] como agente financiador e não administrador retira o perigo da doutrinação ideológica. Pois se todos são ‘educados’ em escolas administradas pelo governo, essas escolas poderiam virar máquinas de propaganda ideológica do Estado” (Fuhrmeister, 2013, p. 120, série *Pensamentos Liberais*, 17).

No caso brasileiro, para Cioccari (2018, p. 201, série *Pensamentos Liberais*, 22), o patrono da educação nacional, Paulo Freire, é o principal responsável por levar as “doutrinas esquerdistas” às salas de aula, deixando em segundo plano o conhecimento “útil”. Para auxiliarmos na compreensão do porquê da fúria neoliberal, retomamos Zitkoski (2010), que se refere a Paulo Freire como o ‘educador da esperança’, em referência a uma das obras do filósofo e professor brasileiro. Tal esperança estaria depositada na educação

⁴ Este artigo não consta no Quadro 1 pois aborda a educação de forma tangencial e não como tema central.

como transformadora da realidade, de modo a promover maiores níveis de humanização do mundo.

Como vimos, os pressupostos freirianos vão de encontro tanto à moral do mercado, de Hayek, quanto à liberdade de escolha, de Friedman. Contudo, observamos a maior expressão de resistência em Ayn Rand e em sua contrariedade à ideia de ‘humanização’. Para ela,

[...] o objetivo da filosofia não é ajudar os homens a encontrar o sentido da vida, mas sim provar-lhes que não existe nenhum. [...] Não há nenhum espírito humano. O homem é apenas um animal de baixo nível, sem intelecto, sem alma, sem virtudes ou valores morais. (Rand, 2019, p. 181-182).

Em parte, há, ainda, a ideia de que o caráter público da escola pouco importará para a expansão de uma educação de qualidade voltada a toda a população, pois o mérito está intrinsecamente relacionado ao talento. No imaginário neoliberal, conforme Ling (2012, p. 113, série Pensamentos Liberais, 16), “[...] há um consenso dos pesquisadores da área da psiquiatria de que escores de QI podem prever com grande significância estatística os futuros escores acadêmicos, e de que grande parte dessa variável pode ser explicada pelo componente genético”.

Com isso, as instituições de educação pública são reduzidas a espécies de bolsa de valores, em cujas ações de mercado os alunos são “rentáveis”, e a pesquisa universitária é “[...] transformada em uma produção de bens submetidos ao regime de direitos de propriedade e comercializáveis no mercado” (Laval, 2004, p. 33). Prevalece o imperativo de que “o consumidor deve tornar-se previdente. [...] Deve escolher racionalmente, em todos os domínios, os melhores produtos e, cada vez mais, os melhores prestadores de serviços [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 224), e os *vouchers* escolares são apresentados como a alternativa à liberdade (leia-se obrigação) de escolher. Contudo, conforme Freitas (2018, p. 33), “[...] no caso de não se poder instalar diretamente os *vouchers*, resta desenvolver a privatização por dentro das redes de ensino, ou combinar as duas estratégias”.

Ao permitir que as famílias utilizem *vouchers* para escolher escolas privadas, há o risco de que escolas de maior prestígio e melhores condições excluam alunos de baixa renda, criando um sistema ainda mais desigual. Como

aponta Laval (2004), se modelos segregacionistas apresentassem melhores resultados, eles seriam defendidos em nome da “eficácia”, ainda que aprofundassem desigualdades sociais.

A lógica do *voucher* desloca a educação da esfera pública para a esfera do consumo, tratando os cidadãos como clientes e responsabilizando-os pela escolha da escola mais “eficiente”. Entretanto, muitas famílias não possuem acesso à informação adequada para fazer essa escolha, além de que o valor do *voucher* pode não cobrir integralmente as mensalidades, forçando um investimento adicional por parte das famílias, excluindo as mais pobres.

O modelo ainda favorece uma estrutura de ensino “flexível”, que reduz o quadro de professores conforme a demanda, muitas vezes sem proteções trabalhistas, resultando alta rotatividade de docentes, salários mais baixos e menor investimento na formação dos professores.

O discurso neoliberal sobre a ineficiência do Estado e a superioridade do setor privado deslegitima a educação pública, promovendo a privatização como única solução viável. No entanto, a comparação entre o Brasil e países da OCDE ignora desigualdades estruturais e fatores socioeconômicos, tratando a educação como um mercado e os alunos como investimentos. A proposta do *voucher* ignora o papel da educação na construção de cidadania e no combate às desigualdades. Ao substituir o direito à educação por um sistema de escolha individual, há fragmentação social e aprofundamento das diferenças entre quem pode pagar por uma educação de qualidade e quem não pode.

Considerações finais

O neoliberalismo, compreendido como uma racionalidade, teve em Friedrich Von Hayek o discurso de afirmação do mercado como organizador moral da sociedade, em detrimento da democracia. Como vimos no decorrer do artigo, com Milton Friedman, os valores neoliberais brasileiros delegaram ao caráter democrático da sociedade submissão absoluta à liberdade de escolha do mercado, enquanto a ‘virtude do egoísmo’, de Ayn Rand, tratou de eliminar valores tidos como inaturais ou fictícios, como a bondade e a solidariedade. Ora, nesse viés, não há como propormos uma discussão acerca da ‘consciência

social da educação', visto que a única consciência aceita pelos neoliberais é a do 'autointeresse'. Na visão neoliberal, não é papel da educação escolar formar cidadãos altruístas. O único devir do ser neoliberal é competir, desprovido de qualquer preceito ético ou moral que questione formas de alcançar o benefício próprio. Isso, resumidamente, explica a multiplicidade de sujeições que forjam as 'verdades' do discurso educacional neoliberal.

Todavia, tais convicções não foram criadas ao acaso. De certo modo, forja-se a noção concorrencial descrita desde o estabelecimento do liberalismo como arte de governo. As sociedades contemporâneas trataram de sofisticar as formas de condutas do sujeito a partir de inúmeras novas tecnologias políticas de governamento. Como vimos, o foco da discussão na Teoria do Capital Humano e nos *vouchers* educacionais afeta o caráter público da escola. Como resistimos a tal imposição? Buscando, na história que contamos, brechas em que haja a possibilidade de fazer diferente, de problematizar as condições de possibilidade do tempo presente e de reforçar a potência da escola pública para todos(as) na produção da igualdade.

Sabemos que discussões sobre a Teoria do Capital Humano, críticas ao Estado, sindicatos e professores, não são 'novidades' no debate sobre o neoliberalismo. Contudo, como afirma Freitas (2018), a nova direita segue com velhas ideias. Esperamos apenas ter contribuído com o debate, a partir de elucidações sobre como os discursos de teóricos liberais e libertarianos estão introjetados nos discursos neoliberais produzidos no território brasileiro.

Referências

ALEXANDRE, Thiago de Andrade Romeu. **O Instituto Millenium e os intelectuais da “nova direita” no Brasil.** 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2017.

ATLAS Network. **Celebrating a decade of The Templeton Freedom Award.** [S. l.], 2015. Disponível em:
https://www.atlasnetwork.org/assets/uploads/misc/Templeton_Freedom_Award_Decade_Retrospective_Final_Final_Nov13.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

ATLAS Network. **IEE case study boasts Latin America’s Super Bowl of Liberalism.** [S. l.: s. n.], 13 out. 2017. Disponível em:

<https://www.atlasnetwork.org/news/article/iee-case-study-boasts-latin-americas-super-bowl-of-liberalism>. Acesso em: 5 maio 2020.

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, Stephen J. Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós)neoliberais. [Entrevista cedida a] Sanny Silva da Rosa. **Revista Brasileira de Educação**, v.18, n. 53, p. 457-466, abr./jun. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Santos: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAMARGO, Anamaria. Alternativas liberais de financiamento educacional. In: RIZK, Caio; VARGAS, Felipe Frazon. (Org.). **A voz da mudança**. Porto Alegre: Buqui, 2018. p. 211-222.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CESA, Thomas. Mitos da educação básica. In: HILZENDEGER, Frederico (Org.). **Até onde chegamos?** Porto Alegre: Buqui, 2013. p. 11-24. (Série Pensamentos Liberais, 17).

CHANIN, Rodrigo Matone. Atlântida. In: ROBERTI, Diego Florian & JARROS, Matheus Berlt. (Orgs.). **Quem move o mundo?** Porto Alegre: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2016. p. 197-212. (Série Pensamentos Liberais, 20). E-book. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Pensamentos_Miolo2_Final_EBOOK2.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

CIOCCARI, Theodora. Pensamentos Liberais. In: RIZK, Caio; VARGAS, Felipe Frazon (Org.). **A voz da mudança**. Porto Alegre: Buqui, 2018. p. 193-209.

COSTA, Camile Souza. Educação básica finalmente em pauta: será a luz no fim do túnel? In: HILZENDEGER, Frederico (Org.). **Até onde chegamos?** Porto Alegre: Buqui, 2013. p. 221-236. (Série Pensamentos Liberais, 17).

DAL PAI, Raphael Almeida. **Instituto Ludwig Von Mises Brasil**: os arautos do anarcocapitalismo. 2017. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, 2017.

DAMIANI, Sabrina Faccioli. Educação. In: JARDIM, Victoria; MAGNANI, Paola Coser. **Brasil**: abertos para reformas? Porto Alegre: Buqui, 2019. p. 129-143.

(Série Pensamentos Liberais, 23). *E-book*. Disponível em:
<http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/10/PL-2019.pdf>.
Acesso em: 13 maio, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELORS, Jacques et al. **Educação**: Um tesouro a descobrir: Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expresso Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher**, um depoimento pessoal: uma reflexão sobre a relação entre liberdade e economia. Rio de Janeiro: Record, 2015.

FUHRMEISTER, Carolina Lucas. As novas possibilidades de educação. In: CHARNESKI, Heron (Org.). **A liberdade na era digital**. Porto Alegre: Pallotti, 2011. p. 218-245. (Série Pensamentos Liberais, 15).

FUHRMEISTER, Eduardo Lucas. Rumo à privatização do ensino básico. In: HILZENDEGER, Frederico (Org.). **Até onde chegamos?** Porto Alegre: Buqui, 2013. p. 113-126.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GIMÉNEZ, María Julia. **Direitos Humanos e (ou) democracia no Brasil**: a ação do Instituto Millenium no âmbito do PNDH3. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

GOBBI, Danniell. **Identidade em ambiente virtual**: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2016.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2003. 253 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Porto Alegre, 2003.

KULKES, João Pedro. Educação: produzindo mais, investindo menos. In: STÜRMER, Laura Breier (Org.). **Construindo soluções**. Porto Alegre: Buqui, 2014. p. 149-162.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia**: articulação familiarista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2018.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomas Tadeu da. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-96.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEANDRO, João Abel Pasini. **Pensamentos (neo)liberais sobre educação**: uma análise da produção discursiva do Instituto de Estudos Empresariais (1994-2020). Dissertação (Mestrado Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, São Leopoldo, 2021.

LING, Alberto. Novos conceitos e ideias para mudanças no sistema educacional do Brasil e do mundo. In: VOLKMER, André (Org.). **Que Brasil será o seu**. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 104-124.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. O consumo como investimento: a Teoria do Capital Humano e o capital humano como ethos. **Mediações**, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, v. 14, n. 2, p. 217-230, jul./dez. 2009.

MORRESI, Sergio. Robert Nozick e o liberalismo fora de esquadro. **Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, n. 55-56, p. 285-296, 2002.

OLIVEIRA, Amanda Cecere de. O desafio da educação brasileira. In: VEIT, Ângela Francesca Grando; ECHEL, Pedro Maciel (Org.). **O futuro da democracia**. Porto Alegre: Buqui, 2017. p. 21-33. (Série Pensamentos Liberais, 21). E-book. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/O-Futuro-da-Democracia-1.pdf>. Acesso em 13 maio 2020.

OLIVEIRA, Rafael Camargo de; SOUSA, Kátia Menezes de. A sociedade de controle e suas estratégias em “Nós”, de Evgeny Zamiatin. **Linguagem – Estudos e Pesquisa**, Catalão, Universidade Federal de Catalão, v. 17, n. 2, p. 243-263, jul./dez. 2013.

PASTORE, Bruna. **Olhando para onde a sombra se adensa**: Instituto Millenium e o revisionismo histórico da ditadura civil-militar. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais,

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2016.

PETERSEN, Ricardo de Barros. O futuro da educação impulsionado por soluções privadas: vouchers e massive online open courses. In: STÜRMER, Laura Breier (Org.). **Construindo soluções**. Porto Alegre: Buqui, 2014. p. 53-67.

RAND, Ayn. **A revolta de Atlas**: o homem que queria parar o motor do mundo. Queluz de Baixo/Portugal: Editora Marcador, 2019.

ROCHA, Camila. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Matheus de Souza. **Uma análise crítica do discurso liberal sobre o Estado Brasileiro**. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

SANTOS, Leonardo Moreira dos. **Ludwing Von Mises como arma política da extrema-direita brasileira**. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2018.

SEREJO, Bruno Lippy Fonseca. Autoestima e liberdade: os caminhos para vencer o populismo. In: RIZK, Caio & VARGAS, Felipe Frazon (Org.). **A voz da mudança**. Porto Alegre: Buqui, 2018. p. 225-237. (Série Pensamentos Liberais, 22). E-book. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/miolo_Iee_a-voz-da-mudanca-IMPRESSAO.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

SILVEIRA, Luciana. **Fabricação de ideias, produção de consenso**: estudo de caso do Instituto Millenium. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2013.

SILVEIRA, Rochele de Oliveira. Educação necessária para o desenvolvimento. In: FRAÇÃO, Luiz Eduardo (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Pallotti, 2003. p. 189-205.

SOUZA, Bárbara Gerhardt Soeiro de. Liberdade de escolha. In: ZAFFARI, Bruno (Org.). **Cultura da liberdade**. Porto Alegre: Pallotti, 2009. p. 77-91. (Série Pensamentos Liberais, 13).

STEFANI, Giovana. Educação e liberdade. In: FUCHS, Paulo (Org.). **Caminhos para a liberdade**. Porto Alegre: Buqui, 2015. p. 71-87.

STEWART JR., Donald. **O que é o liberalismo.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

TORRES, Gabriel P. E se os governos apenas financiassem a educação das famílias mais necessitadas? In: VEIT, Ângela Francesca Grando; ECHEL, Pedro Maciel (Org.). **O futuro da democracia.** Porto Alegre: Buqui, 2017. p. 63-84.

TUMELERO, Daniela; BROCHMANN, Luciano; FRAÇÃO, Luiz Eduardo; SCHIAVON, Marcelo. Educação no Brasil. In: BARCELLOS, Ricardo Dornelles Chaves (Org.). **Pensamentos Liberais.** Porto Alegre: Instituto de Estudos Empresariais, 2001. p. 17-96.

VARGAS, Felipe Franzon. Por que privatizar os serviços estatais? In: TOMASETTO, Roberto; NUNES, Vítor. **Ser livre inspira você?** Porto Alegre: AGE, 2020. p. 57-69. (Série Pensamentos Liberais, 24). E-book. Disponível em: https://www.forumdaliberdade.com.br/arquivos/ser_livre.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo: um desvio à direita ou Delírios avaliatórios. In: **COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES E VI COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE CURRÍCULO**, 10., 2012, Belo Horizonte. Anais do Colóquio sobre Questões Curriculares e VI Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 1-17, 2012.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história:** Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, Wilson. Estamos construindo projeto de nação nos moldes de Furtado. [Entrevista cedida a] Patricia Fachin e Márcia Junges. **IHU On-Line:** Revista do Instituto Humanitas, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ed. 327, 03 maio 2010.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Recebido em: 11/04/2024
Aceito em: 21/02/2025

Texto revisado por: Martha Dreyer de Andrade Silva

João Abel Pasini Leandro

Doutorando em Educação pela UNISINOS. Integrante do Grupo de Pesquisa Vestígios: Contemporaneidade, políticas e gestão da educação que estuda os efeitos da racionalidade neoliberal na área educacional e se ocupa da análise da historicidade de temas contemporâneos no recorte das políticas e da gestão educacional. Atua como professor na Educação Básica. Entre as suas áreas de interesse, destacam-se: políticas educacionais e empresariamento da educação

 ja_abel@hotmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/7646333139970315>

 <https://orcid.org/0000-0001-8911-6904>

Viviane Klaus

Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora no PPG em Educação da UNISINOS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Vestígios: Contemporaneidade, políticas e gestão da educação que estuda os efeitos da racionalidade neoliberal na área educacional e se ocupa da análise da historicidade de temas contemporâneos no recorte das políticas e da gestão educacional. Entre as suas áreas de interesse, destacam-se: políticas, gestão educacional e empresariamento da educação.

 viviklaus@unisinos.br

 <http://lattes.cnpq.br/8988903289836641>

 <https://orcid.org/0000-0002-6382-8089>